

Toponímia vigiense: a presença do tupi na toponímia de Vigia de Nazaré-PA

Vigiense toponymy: the presence of Tupi in the toponymy of Vigia Nazaré-PA

Laís de Nazaré dos Santos SANTOS*

Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)

Carmen Lúcia Reis RODRIGUES**

Universidade Federal do Pará (UFPA)

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo apresentar considerações a respeito das influências do tupi nos nomes geográficos do município de Vigia de Nazaré, localizado no Nordeste do Pará. Trata-se de um recorte da dissertação de mestrado intitulada “Um estudo toponímico no município de Vigia de Nazaré-PA”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia, da Universidade Federal do Pará (UFPA) por Santos (2019). Nesse trabalho, foram analisados 78 topônimos, entre os quais 63 nomeiam comunidades e 15 designam rios e igarapés, sendo que a metade desses acidentes geográficos são nomeados por topônimos de origem tupi e os demais por topônimos portugueses. Para o propósito deste artigo, foram considerados apenas os nomes de lugares de origem tupi do município. Metodologicamente, realizou-se pesquisa bibliográfica, documental e de campo, teoricamente, ancorou-se, principalmente, nos pressupostos de Dick (1990a; 1990b).

PALAVRAS-CHAVE: Toponímia vigiense. Vigia de Nazaré-PA. Tupi.

ABSTRACT: This work aims to present considerations regarding the influences of Tupi on the geographical names of the municipality of Vigia de Nazaré, located in the Northeast of Pará. It is an excerpt from the master's thesis entitled “A toponymic study in the municipality of Vigia de Nazaré-PA”, presented to the Postgraduate Program in Languages and Knowledge in the Amazon, at the Federal University of Pará (UFPA) by Santos (2019). In this work, 78 toponyms were analyzed, among which 63 name communities and 15 designate rivers and streams, with half of these geographical features being named by toponyms of Tupi origin and the rest by Portuguese toponyms. For the purpose of this article, only the names of places of Tupi origin in the municipality were considered. Methodologically, bibliographical, documentary and field research was carried out, theoretically, it was mainly anchored in the assumptions of Dick (1990a; 1990b)

KEYWORDS: Vigiense toponymy. Vigia de Nazaré-PA. Tupi.

* Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura, da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). E-mail: laisletras@hotmail.com

** Doutora em Linguística; professora da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: carmenrodrigues89@yahoo.com

Introdução

Este trabalho relaciona-se às pesquisas onomásticas de viés toponímico e é parte da pesquisa de mestrado “Um estudo toponímico no município de Vigia de Nazaré-PA”, apresentada por Santos (2019) ao Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia, da Universidade Federal do Pará (UFPA), desenvolvida a partir da observação e análise de 78 topônimos do local em questão. A metade desses designativos são de étimo tupi que nomeiam comunidades¹ (29), rios (09) e apenas um igarapé. Sendo assim, neste artigo, serão apresentadas algumas considerações acerca das influências da língua tupi (Tupi Antigo) na toponímia do município de Vigia de Nazaré, da Mesorregião do Nordeste Paraense. Discorreremos, especialmente, a respeito dos fatores motivacionais que levaram à escolha dos designativos tupi para nomear os acidentes geográficos da área investigada.

A data de fundação da cidade é registrada no dia 6 de janeiro de 1616, quando embarcações portuguesas ancoraram às margens do rio Guajará-Mirim, com o intuito de povoar as colônias indígenas, conforme relata Santos (2009). O município recebeu, então, a visita de Caldeira Castelo Branco que, vindo do Maranhão, realizava uma expedição de reconhecimento para posterior conquista do Grão-Pará.

De acordo com dados da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1957), anteriormente à chegada dos colonizadores portugueses à Amazônia, Vigia abrigou uma aldeia indígena tupinambá denominada *Uruitá*: designativo constituído de *uru* ‘receptáculo, vasilha, cesto’ (Barbosa, 1951, p. 157) e *ita* ‘pedra’ (Tibiriçá, 1984, p. 110). Conforme Gregório (1980, v. III, p. 1208), *uruitá* significa ‘pedra do uru’ e nomeia uma vila do município de Uruana (Goiás). A esse respeito, o autor menciona a seguinte citação, de F. B. de Souza (*s.d.*, p. 27): “Foram os tupinambás... que a denominaram aldeia – Uruytá, por causa de uma laje que havia no porto, e que ao longe assemelhava-se a um baú”.

Embora o seu primeiro nome tenha sido proveniente do tupi, no decorrer da história, o designativo da cidade sofreu algumas mudanças. Em 1693, Vigia de Nazaré recebeu a denominação de Freguesia de Nossa Senhora de Nazaré e, em 1698, elevada à

¹ Comunidades refere-se ao plural de comunidade, que, segundo definição do IBGE (2015, p. 17), é o “Extrato populacional que vive num dado lugar, geralmente ligado por interesses comuns”.

categoria de vila, passou a ser chamada de Vigia, por ser erguido na cidade um posto fiscal, cujo objetivo era não só proteger as embarcações que passavam por ali, com destino a Belém, como também fiscalizá-las, prevenindo o contrabando, e desse fato resultou o nome de Vigia (IBGE, 1957, p. 481).

Atualmente, o município recebe a denominação de Vigia de Nazaré², que resulta da junção do nome “Vigia” – em razão da criação do posto de fiscalização construído em seu território pelos portugueses – ao nome “Nazaré”, do hagiólogo romano, o que pode ter sido ocasionada pela força da fé portuguesa assimilada pelos habitantes do lugar, onde há mais de 300 anos, desde 1697, ocorre o Círio de Nossa senhora de Nazaré, padroeira da localidade. Até então, não foi possível saber a partir de que ano o topônimo Vigia de Nazaré passou a vigorar.

Essa trajetória da nomeação do município pesquisado mostra que os nomes atribuídos aos lugares podem revelar muito da história e da memória de um grupo. Esses nomes são provenientes de vivências, formas de perceber o mundo, e de línguas de comunidades que já pertenceram aos locais denominados, como é o caso, por exemplo, da língua tupi (Tupi Antigo ou Tupinambá). Nesse sentido, cabe ressaltar que

[...] a cristalização semântica dos topônimos, ou seja, a sua persistência como signos geográficos, mesmo quando seus elementos componentes deixaram de ser facilmente identificáveis pela população local, adquire considerável importância (Dick, 1990a, p. 44).

Serão considerados, neste estudo, os nomes de acidentes humanos (comunidades) e de acidentes físicos (rios e igarapés). Para a constituição do *corpus* de pesquisa, foi feita, inicialmente, uma consulta ao mapa³ do município disponível no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, do ano de 2010. No entanto, nesse mapa havia um número restrito de dados, o que não atendia ao propósito do trabalho. Sendo assim, buscaram-se outras fontes de informação, como a Secretaria Municipal de Ação Social de Vigia, o Museu Municipal e a Igreja Matriz Católica, por meio das quais foi possível acessar documentos escritos com registros de nomes de localidades e de rios de

² Hoje, tanto a forma *Vigia de Nazaré* como simplesmente *Vigia* são usadas para denominar o município.

³ Disponível em:

https://geofp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_para_fins_de_levantamentos_estatisticos/censo_demografico_2010/mapas_municipais_estatisticos/pa/vigia_v2.pdf

Vigia. Houve também a identificação de outros topônimos usados para nomear rios e igarapés, durante a visita a cinco comunidades rurais vigienses.

Para a análise dos dados, recorreu-se principalmente aos aportes teórico-metodológicos de Dick (1990a, 1990b), assim como a trabalhos de outros autores que versam sobre toponímia e sobre influências indígenas no português, como Andrade (2010), Isquierdo (2016) e Rodrigues (2015).

Considerando-se o foco deste artigo, ele foi dividido em quatro seções. A primeira discorre a respeito da Toponímia, enquanto ciência interdisciplinar, e de seu objeto de estudo, o topônimo, com ênfase em seu aspecto motivacional. A segunda trata das duas línguas gerais, a Língua Geral Amazônica e a Língua Geral Paulista, que se desenvolveram no Brasil, no período colonial. A terceira versa sobre a presença expressiva de palavras de origem tupi no vocabulário do português brasileiro, notadamente no conjunto de designativos de lugares. E a quarta seção constitui o cerne desta investigação, pois apresenta os nomes de acidentes geográficos de Vigia de Nazaré, de procedência tupi, e suas respectivas motivações.

1 Toponímia e topônimo

De acordo com Dick (1990b, p. 119), o termo toponímia origina-se do grego *topos*, ‘lugar’, + *onoma*, ‘nome’. Essa área do conhecimento dedica-se ao estudo dos nomes de lugares, sejam eles acidentes físicos (rios, córregos, morros, ilhas, serras etc.) ou humanos (aldeias, povoados, cidades, vilas, ruas etc.).

A Toponímia é uma das vertentes dos estudos onomásticos, que tratam das particularidades dos nomes próprios de uma língua. Nesse sentido, conforme Dick (1990a, p. 21-22):

Exercendo na toponímia a função de distinguir os acidentes geográficos na medida em que delimitam uma área da superfície terrestre e lhes conferem características específicas, os topônimos se apresentam, da mesma maneira que os antropônimos, como importantes fatores de comunicação, permitindo, de modo plausível, a referência da entidade por eles designada. Verdadeiros “testemunhos históricos” de fatos e ocorrências registradas nos mais diversos momentos da vida de uma população, encerram, em si, um valor que transcende ao próprio ato da nomeação: se a Toponímia situa-se como a crônica de um povo, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras, o topônimo é o instrumento dessa projeção temporal. Chega, muitas vezes, a se espalhar além de seu foco originário, dilatando, conseqüentemente,

as fronteiras políticas, e criando raízes em sítios distantes. Torna-se, pois, a reminiscência de um passado talvez esquecido, não fora a sua presença dinâmica.

Portanto, os nomes de lugares, os topônimos, são de extrema importância em relação à preservação da história e da memória de um local, uma vez que revelam características físicas e antropoculturais do local nomeado e do povo denominador, mesmo que tais aspectos tenham sido apagados pela ação das diversas transformações socioambientais, culturais e pela distância cronológica entre o momento da nomeação e o momento atual em que esses nomes estão sendo utilizados.

Consoante a essa afirmação, compreende-se que o léxico das línguas naturais se relaciona diretamente à história, à cultura, à memória, aos valores, aos costumes e às transformações sociais e econômicas de uma comunidade, entre outros aspectos. A partir do ato de nomear, o ser humano organiza o universo que o cerca e, conforme Biderman (2001), isso ocorre de acordo com a forma como um grupo vê e interpreta a realidade. Assim, ao escolher um nome para um determinado acidente geográfico, por exemplo, o denominador apropria-se, muitas vezes, de aspectos próprios do lugar que deseja nomear, como elementos da fauna e da flora, possibilitando, desse modo, que se tenha acesso às características do local nomeado e ao modo de vida dos habitantes daquela região, seu *modus vivendi*. Em outras palavras, a investigação e descrição da parte do léxico que nomeia os acidentes geográficos – a toponímia – de uma determinada localidade pode refletir, portanto, diversos aspectos da história e da cultura dos habitantes que ali residem ou residiram. Conforme Isquierdo (2016), a toponímia de uma dada região eterniza uma parte do léxico que representa o momento histórico no qual o acidente geográfico foi nomeado.

Dito isso, percebe-se o caráter motivacional do topônimo, pois o signo toponímico se torna motivado tanto pelos sentimentos e pela bagagem de mundo do denominador quanto pelas características particulares do acidente geográfico a ser nomeado, como argumenta Dick (1990a). Por exemplo, o designativo *Acaputeua*, usado para nomear um rio de Vigia de Nazaré, faz referência à abundância de árvores de acapu existentes no local, no momento da nomeação, visto que o sufixo *-teua*, presente no topônimo, significa ‘abundância, lugar de’, como será visto na seção 4.

Com o intuito de explicar a “existência de um vínculo estreito entre o objeto denominado e o seu denominador” (Dick, 1990b, p. 25), a referida autora propõe um

conjunto de 27 *taxes*⁴, que permitem compreender as motivações dos nomes geográficos, classificando-as em taxonomias de natureza física e taxonomias de natureza antropocultural. Ao primeiro grupo de *taxes*, pertencem os topônimos que fazem referência a elementos da natureza, como *Acaputeua* (AH-Vigia de Nazaré) e, no segundo, são incluídos os designativos que fazem referência ao universo psíquico-social do homem, como *Santo Antônio do Ubituba* (AH-Vigia de Nazaré).

Nas palavras de Andrade (2010, p. 108), “os topônimos apresentariam na função denominativa a existência de um elo entre as expressões onomásticas e os seus denotados”, o que remete aos dois componentes fundamentais do sintagma toponímico, a saber, o termo *genérico* e o termo *específico*, como observa-se, por exemplo, a partir do sintagma toponímico *igarapé Itapepoca* (AF, Vigia de Nazaré), em que *igarapé* é o elemento genérico, referindo-se ao tipo de acidente geográfico, e *Itapepoca* é o elemento específico, ou seja, o topônimo que assume a função de nomear e individualizar o espaço geográfico em questão.

As questões relativas ao estudo do signo toponímico podem ser explicadas pelo caráter interdisciplinar da Toponímia, já que essa ciência se vincula de certa forma a outras ciências, uma vez que a realização de um estudo toponímico mobiliza conhecimentos de diferentes áreas, tais como a história, pois é inviável um estudo dos nomes de lugar que desconsidere totalmente as referências históricas de uma dada região, mesmo que advenha, unicamente, de registros escritos. Também é possível acionar conhecimentos da geografia e da cartografia no decorrer das investigações toponímicas, visto que muitos dados são obtidos por meio de mapas, que requerem noções de interpretação. Do mesmo modo, informações próprias da Antropologia e da Etnografia podem se fazer presentes nessas pesquisas, já que os estudos onomásticos cada vez mais se voltam para os grupos sociais aos quais os nomes pertencem. Pode-se citar até mesmo a apropriação de conceitos oriundos da arqueologia, já que os nomes de lugares são considerados verdadeiros “fósseis linguísticos”.

A toponímia também está atrelada aos aspectos étnicos que envolvem o topônimo, ou seja, suas origens, sua etimologia. Quanto a isso, tratando-se da toponímia brasileira, e de modo específico de topônimos de um município amazônico, nesse caso, Vigia de

⁴ Conferir Dick (1990a, 1990b), para o conhecimento da classificação e descrição das taxonomias toponímicas propostas pela autora.

Nazaré-PA, faz-se necessário abordar, mesmo que de forma breve, a presença e a difusão das línguas gerais no território brasileiro, especialmente da Língua Geral Amazônica (originária do Tupinambá), durante o período colonial.

2 O tupi e as línguas gerais: breve contextualização histórica

O tupi, também conhecido como *tupinambá* ou *tupi antigo*, foi uma das línguas mais utilizadas no período da colonização do Brasil e deu origem às duas línguas amplamente utilizadas para contato colonial, conforme explanado a seguir. Segundo Dietrich (2015), há uma língua ancestral, da qual se originam determinadas línguas indígenas filiadas a ela, uma protolíngua, denominada de Prototupi. A partir dessa língua mãe, têm-se famílias de línguas, reunidas a partir de semelhanças genéticas, a saber: as famílias Tupi-Guarani, Arikém, Juruna, Mondé, Tupari, entre outras.

Como parte da família Tupi-Guarani, situa-se o *tupinambá* ou *tupi antigo*, “em que se baseiam as línguas gerais da época colonial, a língua brasílica, a língua geral paulista e a língua geral amazônica, extinto desde a primeira metade do século XVIII” (Rodrigues, 1996 *apud* Dietrich, 2015, p. 9). Para Rodrigues (2015, p. 29), *tupi*⁵ e *tupinambá* são consideradas “duas variedades de língua muito próximas”. Ainda, segundo o autor, o termo tupi também fora utilizado como etnônimo, durante o século XVII, denominando, assim, “os índios recrutados pelos bandeirantes para invadir e dominar as missões jesuíticas e outras comunidades de indígenas guaranis na bacia do rio Paraná”.

As missões jesuíticas para catequização dos povos indígenas também exerceram impactos significativos no cenário multilíngue existente no período colonial. A grande quantidade de línguas indígenas faladas no Brasil tornou-se uma barreira para a conversão dos indígenas e, por esse motivo, como aponta Leite (2007), o uso das línguas indígenas deveria ser reduzido, passando a ser utilizada apenas uma língua, a que fosse conhecida por um maior número de falantes. Sendo assim, com o intuito de propagar seus valores religiosos ao maior número de pessoas, bem como de conseguir mão de obra local, o governo português instituiu uma única língua como língua de contato colonial, o

⁵ Neste trabalho, o termo tupi está sendo usado indistintamente, de forma genérica, em referência ao que se denomina *tupi*, *tupinambá* ou *tupi antigo*.

tupinambá, mais amplamente utilizado pelos indígenas. É importante destacar que, num primeiro momento, não foi atribuído um nome específico a essa língua.

Nos primeiros registros deixados por europeus no século XVI, ela é a “língua dos selvagens” (Léry, Staden) ou apenas “selvagem” (Thevet). Foi tratada como se fosse a única: é a “língua”, a língua que “he geral pela costa” (Gândavo, 1576, p. 33), a “língua dos do mar” (Cardim, 1584, p. 101) (Rosa, 2003, p. 140).

Segundo Rosa (2003, p. 140), na gramática de Anchieta, de 1595, o tupinambá era chamado de “língua mais falada na costa do Brasil” e, posteriormente, já no séc. XVII, foi denominado de “língua brasílica” por Luís Figueira. De acordo com Dietrich e Noll (2015, p. 81), “a denominação língua geral, utilizada no século XVII, referia-se, sobretudo, à ampla difusão da língua. Contudo, do ponto de vista linguístico, já não designava o tupi genuíno, mas uma forma modificada desta língua”, considerando o processo de mudanças pelo qual passou. Tal fato explica o surgimento das duas línguas gerais, oriundas do tupinambá, a saber, a Língua Geral Paulista (LGP) e a Língua Geral Amazônica (LGA). Para Rodrigues (2015), a LGP é derivada do tupi de Piratininga e a LGA surgiu a partir do tupinambá do Pará.

A LGA, nas palavras de Dietrich e Noll (2015, p. 82), “se formou no curso da expansão portuguesa na Bacia do Rio Amazonas nos séculos XVII e XVIII”. Essa língua foi utilizada intensamente, na Amazônia, para a prática da catequese, pelos missionários jesuítas, tendo em vista que “os jesuítas presentes na Amazônia se dedicavam à sua tarefa missionária. Mantiveram a sua prática da catequese, que se realizava na língua dos índios” (Noll, 2015, p. 109).

Com o avanço da ação colonizadora ao longo do grande rio, a LGA foi-se estendendo de Leste para oeste, até o Solimões e Marañón, e para o noroeste, pelo rio Negro, tendo mesmo penetrado no Peru, na Colômbia e na Venezuela (Rodrigues, 2015, p. 39).

O tupinambá, que deu origem à Língua Geral Amazônica, foi adotado como língua de comunicação colonial, porém, conforme Barros (2003), na região do Baixo Amazonas, existiam tanto grupos tupi como não-tupi, ou tapuia. A esse respeito, o jesuíta João Daniel afirma que “nesta língua [tupinambá] se compuseram ao princípio pelos primeiros

missionários jesuítas o catecismo e doutrina; e a reduziram a arte com regras, e turnos fáceis de se aprender” (Daniel, 1976, v. II, p. 225 *apud* Barros, 2003, p. 86).

Pelo fato de alguns povos indígenas falarem línguas diferentes do tupinambá, houve a necessidade da “tupinização dos grupos tapuia”, ou seja, de ensinar essa língua, durante as missões, aos demais indígenas. Para a expansão e aprendizado mais eficaz das línguas gerais, foram criadas aldeias de descimento, locais situados “próximos das cidades e fortes, destinados a ser depósito de mão-de-obra tanto para as missões como para os colonos” (Barros, 2003, p. 89). Nessas aldeias eram agrupadas grandes quantidades de indígenas para que pudessem servir aos colonos e, principalmente, aprender o catecismo traduzido para a língua geral. Dessa forma, ocorreu uma grande mistura de povos indígenas. De acordo com Barros (2003), o Padre João Daniel cita o exemplo “da aldeia de Mortigura (hoje Vila do Conde) e de outra missão menor [...], que teriam tido índios tupinambá como seus primeiros habitantes, mas que depois foram povoadas por diferentes grupos” (Barros, 2003, p. 89). Nota-se, assim, o quão inegável é a relevância das missões jesuíticas para a expansão das línguas gerais como línguas de contato.

O intenso contato entre as línguas indígenas, o português e as chamadas línguas gerais – Língua Geral Paulista (LGP) e Língua Geral Amazônica (LGA) – dura cerca de dois séculos, até quando, no século XVIII, o Marquês de Pombal publica o Diretório dos Índios que previa, em seu artigo de número 6, a proibição das línguas gerais e o uso obrigatório da língua portuguesa no ensino das crianças, como forma de assegurar que as demais línguas nativas não fossem mais utilizadas nacionalmente (Freire, 2003). Tais medidas visavam sobretudo à hegemonia do português, todavia isso só ocorreu, de fato, no século XIX, com o declínio das línguas gerais. Mas, mesmo assim, a Língua Geral Amazônica (LGA), hoje conhecida como *nheengatu*, permaneceu viva e é falada na região da bacia do rio Negro, no estado do Amazonas, diferente da Língua Geral Paulista que se extinguiu completamente.

O uso concomitante do português e do tupi, durante o período colonial, resultaram na incorporação e no uso de muitas palavras tupi no português do Brasil, o que ocorreu principalmente no léxico da fauna, da flora e da toponímia, conforme será abordado na seção a seguir.

3 Empréstimos do tupi no português: influências na toponímia

É consenso entre autores – como Dietrich e Noll (2015) e Rodrigues (2015) – que, embora não se consiga provar influências de línguas nativas na gramática do português brasileiro, é notório a presença de empréstimos lexicais à língua portuguesa provenientes de línguas indígenas, especialmente das variedades tupi e tupinambá.

Em decorrência dos contatos entre os nativos e os portugueses, ao longo do período de colonização no Brasil, foram introduzidos no português nomes advindos das línguas indígenas, geralmente aqueles que designavam coisas próprias da cultura dos povos nativos, por conta da falta de palavras no português europeu capazes de nomear animais, plantas, objetos e conceitos culturais que só existiam aqui no Brasil, entre outras particularidades como os acidentes físicos (Rodrigues, 2015). Essas influências lexicais estão fortemente presentes na toponímia brasileira. Quanto a isso, no *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi* (Cunha, 1998), há a menção ao registro de 60 mil topônimos, compreendendo os que se repetem, presentes no *Atlas do Brasil ao milionésimo*, predominando os de origem tupi.

É de suspeitar que três camadas distintas de topônimos tupis – ou brasílicos – coexistem hoje em dia: a dos topônimos dos próprios brasílicos de antes e durante os primeiros séculos de imposição colonial, a dos topônimos “tupinambizados” da língua geral de intercurso, que talvez reproduzissem os processos originais, talvez lhes acrescentassem ou diminuíssem algo estilizando-os, e a dos topônimos tupinizados em operação consciente de composição por parte dos tupinofonos, tupinizantes ou tupinólogos – sem considerar defasagens regionais, como a amazônica, que deve repetir com certa modernidade o que ocorreu em outras áreas dois séculos antes (Cunha, 1998, p. 10).

Percebe-se que há um considerável número de topônimos de origem indígena, em grande parte, tupi, no território brasileiro; nomes de lugares que resistiram às ações do tempo e às relações de poder que se estabeleceram nesses locais. Todavia, a quantidade representativa de nomes de lugares de procedência tupi deu-se, em grande parte, por fatores relacionados à colonização. Há evidências da presença de topônimos indígenas em locais onde não existiam povos tupi-guarani, nos quais a Língua Geral Paulista chegou por meio dos bandeirantes que “criavam povoados nos lugares onde se deixavam ficar”, e onde, por consequência, se passava a falar a LGP em concomitância com o português (Rodrigues, 2015, p. 37). Dick (1990b, p. 122), assevera que:

[...] a grande difusão dos topônimos tupis (...) pode ser atribuída não só à maior mobilidade geográfica ou mesmo sócio-cultural do grupo, como também à ação religiosa dos missionários e à participação das antigas bandeiras, que difundiram a língua dita então geral, dilatando, conseqüentemente, a área ocupada por esses indígenas.

Desse modo, cabe destacar que as bandeiras ajudaram na expansão da língua geral e, conseqüentemente, na formação de topônimos tupi, nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná. Dietrich e Noll (2015, p. 96) acrescentam que grande parte dos designativos de lugares surgiram após o período colonial, quando a língua geral já havia deixado de ser falada. Além disso, os topônimos criados com base no vocabulário tupi, nos séculos XIX e XX, normalmente, não obedeciam às regras morfossintáticas da língua, e as palavras eram combinadas a partir de supostas regras.

De acordo com Navarro (2020), o período em que Getúlio Vargas ascendeu ao poder, a partir de 1930, favoreceu a manutenção e formação de novos topônimos de origem tupi, e, com isso, iniciou-se uma fase mais nacionalista no Brasil. Nessa época, Vargas, com o intuito de reafirmar uma identidade nacional, por meio do decreto-lei n. 5.901, de 21 de outubro de 1943, garantiu a criação de inúmeros topônimos de origem indígena. O decreto (BRASIL, 1943) previa, ainda, que fossem evitadas repetições de topônimos já existentes, datas, palavras estrangeiras, nomes de pessoas vivas e expressões com mais de duas palavras. O autor ressalta, ainda, que, no ano seguinte, muitos locais tiveram seus nomes substituídos por topônimos de étimo tupi.

A significativa contribuição do tupi à toponímia brasileira é mencionada também por Dick. No entanto, a autora esclarece que os nomes geográficos de origem indígena têm uma variada procedência, como a karib, aruak, bororo, jê, kariri, kaingang (Dick, 1990b, p. 120).

Visto que todo contato linguístico implica em uma relação de troca entre as partes envolvidas, no contexto amazônico, ocorreu um processo denominado “lusitanização”, a partir do qual “alguns topônimos indígenas foram substituídos” (p. ex. Tapajós > Santarém; Pauxis > Óbidos)” (Noll, 2015, p. 113). Vale lembrar que em Vigia de Nazaré, *locus* da pesquisa da qual originou este texto, em conformidade com o que foi explanado na introdução deste trabalho, também foi possível observar a substituição de um nome indígena por outros, motivados por elementos do hagiológico romano, já que houve

modificação no nome do município que se chamava *Uruitá*, para Freguesia de Nossa Senhora de Nazaré (1693) e, mais tarde, para Vigia de Nazaré, sua atual denominação.

4 A presença do tupi na toponímia de Vigia de Nazaré

Em concordância com as informações já apresentadas, reitera-se que este trabalho é um recorte de uma pesquisa de mestrado já concluída, em que foram analisados 78 topônimos do município de Vigia de Nazaré-PA. Esses nomes, por sua vez, designam comunidades, rios e igarapés, dentre os quais aproximadamente 50%, ou seja, 37 topônimos, são provenientes do tupi e os demais do português. Neste artigo, abordam-se os nomes de étimo tupi, que se encontram organizados nos quadros a seguir, onde aparece o título da taxa toponímica em questão e os nomes dos acidentes geográficos, seguidos, logo abaixo, de sua etimologia⁶, a fim de que se perceba sua motivação. Neste estudo, incluem-se também os topônimos híbridos, ou seja, aqueles que apresentam em sua constituição elementos de línguas distintas (*Açaí Grande*, *Juçarateua do Pereira*). No caso dos designativos híbridos de Vigia, as línguas usadas em sua formação são o tupi e o português.

As considerações apresentadas nesta seção têm como foco, particularmente, os aspectos motivacionais do topônimo. Para tanto, as análises estão fundamentadas no modelo taxonômico de Dick (1990a; 1990b), que busca explicar as motivações do topônimo. Com base nesse conjunto de taxonomias⁷, identificou-se que a maioria dos nomes de acidentes geográficos de base tupi de Vigia de Nazaré agrupam-se em três taxas de natureza física: *fitotopônimos* (topônimos relativos à flora), *litotopônimos* (topônimos de índole mineral, relativos também à constituição do solo) e *zootopônimos* (topônimos relativos à fauna).

Para a análise dos elementos motivadores do topônimo, fez-se necessário obedecer à estrutura gramatical do tupi. Por isso, em sintagmas interpretados como construções genitivas, cuja estrutura é *elemento determinante + elemento determinado*

⁶ Para o reconhecimento da etimologia dos nomes tupi, recorreu-se a diferentes dicionários etimológicos, como Sampaio (1987), Cunha (1987, 2010), Gregório (1980), Navarro (2013). Mas há casos em que os autores não deixam evidente ou não apresentam tal etimologia.

⁷ O modelo taxonômico de Dick (1990a, 1990b) é formado por 27 taxas, que explicam e exemplificam as motivações de diversos nomes de locais presentes na toponímia brasileira. Essas taxas, dividem-se em taxonomias de natureza física (11) e taxonomias de natureza antropocultural (16).

(cf. Navarro, 2005), a motivação é determinada por meio do segundo formante do sintagma, ou seja, pelo elemento determinado, como em *Piraíbacuara* (AH-Vigia de Nazaré): *piraíba* ‘espécie de peixe’ + *cuara* ‘toca, buraco’, cuja significação é ‘toca do piraíba’, portanto, classifica-se como *ecotopônimo* (topônimos relativos às habitações de um modo geral).

Após a análise dos dados⁸, obtidos a partir de documentos escritos e de pesquisa de campo, verificou-se que os elementos de natureza vegetal foram os principais motivadores das nomeações de acidentes físicos e humanos no município estudado, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Fitotopônimos

<i>Acaputeua</i> (AH-PA) rio <i>Acaputeua</i> (AF-PA)
<i>Acapu sm</i> ⁹ – Do tupi <i>*aka’pu</i> ; ‘planta da família das leguminosas’ (Cunha, 2010, p. 6). <i>Teua</i> - sufixo que exprime a ideia de ‘abundância’ ou ‘lugar de’ (Sampaio, 1987).
<i>Açaí</i> (AH-PA) rio <i>Açaí</i> (AF-PA)
<i>Açaí sm</i> – Do tupi <i>*iuasa’i</i> . açazeiro; espécie de palmeira da subfamília das ceroxilíneas, cujo fruto é comestível e fornece uma bebida fermentada muito (Cunha, 1997, p. 43).
<i>Açaí Grande</i> (AH-PA)
<i>Açaí sm</i> – Do tupi <i>*iuasa’i</i> . açazeiro; espécie de palmeira da subfamília das ceroxilíneas, cujo fruto é comestível e fornece uma bebida fermentada muito (Cunha, 1997, p. 43). <i>Grande adj.</i> - ‘vasto, comprido, desmedido, numeroso’ (Cunha, 2010, p. 322).
<i>Cumarú</i> (AH-PA)
<i>Cumarú sm</i> – Do tupi <i>*kumarú</i> ; planta da família das leguminosas (Cunha, 2010, p. 194).
<i>Juçarateua do Pereira</i> (AH-PA)
<i>Jiçara, Juçara</i> – Do tupi <i>*jyssara</i> ; palmeira da fam. das ceroxilíneas, de onde se extrai o palmito (Tibiriçá, 1985, p. 176). <i>-deua, deua</i> – Sufixo que exprime a ideia de abundância ou lugar de (Sampaio, 1987). <i>do</i> – Contração da preposição DE com o artigo O (Cunha, 2010, p. 226). <i>Pereira</i> – “Lugar onde há peras ou pereiras”. – Os primitivos Pereiras estavam ligados à casa de Bragança, em Portugal (Guérios, 1973, p. 177).

⁸ Do total de 40 topônimos, um permaneceu sem análise por falta de informações a respeito de seu significado: *Iteréua* (AH).

⁹ Nos quadros apresentados, aparecem algumas abreviações presentes nos dicionários de onde foram retiradas as definições dos topônimos, a saber: *sm* (substantivo masculino), *sf* (substantivo feminino), *adj.* (adjetivo), *var.* (variação) e *neol.* (neologismo).

<i>Quaxinguba</i> (AH-PA)
Guaxinguba – Do tupi <i>*kvaSiq'iva</i> (<i>*kuasig'iva</i>); vasilha grande de madeira na qual se guarda vinho ou outros líquidos (Cunha, 2010, p. 193).
<i>Candeuba</i> (AH-PA)
<i>Candyba</i> – neol. Canavial (Tibiriçá, 1984, p. 80).
<i>Guajará</i> (AH-PA)
<i>Guajará</i> – Do tupi <i>*iuaia'ra</i> ; planta da família das sapotáceas (Cunha, 2010, p. 326).
<i>Jenipaúba</i> (AH-PA)
<i>Jenipapo</i> – Do tupi <i>*janypaba</i> ; nome de uma fruta (Tibiriçá, 1985, p. 76). <i>Ubá</i> – Do tupi <i>*ybá ubá</i> ; (palmeira) deriva do termo tupi <i>ybá</i> , que quer dizer árvore frutífera, ou simplesmente fruta (Tibiriçá, 1985, p. 116).
<i>Mocajatuba</i> (AH-PA)
<i>Mucajá</i> – Do tupi <i>*muka'ia</i> ; Palmeira da família das cocosoídeas; bocaiúva, mucaúba, mucajazeiro (Cunha, 1997, p. 213). <i>-tuba, tyba</i> – sufixo que exprime a ideia de abundância ou 'lugar de' (Sampaio, 1987).
rio <i>Guajará-Mirim</i> ~ <i>Guajará-Miri</i> (AF-PA)
<i>Guajarás</i> – Do tupi <i>*iuaia'ra</i> . É nome de uma árvore amazônica, uma variedade de abiu (Sampaio, 1987, p. 236). <i>Mirím</i> – <i>adj.</i> pequeno, breve, pouco, miúdo (Sampaio, 1987, p. 283).
rio <i>Guarimã</i> (AF-PA)
Guarumá – planta da família das marantáceas (Tibiriçá, 1984, p. 105)
rio <i>Ubintuba</i> (AF-PA)
<i>Ubi</i> – nome comum a várias palmeiras dos gêneros <i>Genoma</i> , <i>Bactris</i> e <i>Calyptrogyne</i> . (Tibiriçá, 1985, p. 190). <i>Tuba, tyba</i> – sufixo que exprime a ideia de abundância ou 'lugar de' (Sampaio, 1987).

Fonte: adaptado de Santos (2019, p. 63-64).

Foram identificados 15 topônimos pertencentes à taxa dos fitotopônimos, havendo dois que designam um acidente humano e um acidente físico: *Acaputeua* (AH) e rio *Acaputeua* (AH); *Açaí* (AH) e rio *Açaí* (AF). Desse total, dois são nomes compostos híbridos (*Açaí Grande*, *Juçarateua do Pereira*), formados por elementos do tupi e do português.

Observa-se que nos topônimos *Acaputeua* (AH-PA), rio *Acaputeua* (AF-PA), *Juçarateua do Pereira* (AH-PA), *Quaxinguba* (AH-PA) (do tupi, *Quaxinduba*), *Candeuba* (AH-PA), *Mocajatuba* (AH-PA) e rio *Ubintuba* (AF-PA), há a presença das sufixações *-teua*, *-guba* e *-uba*, constituindo formas variantes do sufixo tupi *-tyba*, usado no sentido

de ‘abundância’ ou ‘lugar de’ (Sampaio, 1987), bastante recorrente não somente na toponímia vigiense, mas em grande parte do território brasileiro.

Acredita-se que o *fitotopônimo* se revela como uma das mais icônicas e simbólicas *taxes*, uma vez que denota elementos da flora que mais abundam, os quais caracterizam, muitas vezes, de maneira nítida o local nomeado. De acordo com Seabra (2004, p. 55-56), essa *taxe* “retrata o meio ambiente do passado” e revela-se importante para as investigações toponímicas, por seu aspecto referencial. Porém, pode haver casos em que o elemento motivador da nomeação do local não exista mais na região, devido a fatores diversos.

Nessa mesma perspectiva, Dick (1990a) defende que os topônimos guardam em suas estruturas, de maneira imanente, uma significação clara, transparente, mas que pode ter se tornado opaca, devido ao distanciamento tempo-espacial. Em Vigia de Nazaré, por exemplo, há a ocorrência de um *fitotopônimo*, *Juçarateua do Pereira*, em que *juçara* consiste em uma espécie de palmeira semelhante ao *açaí*, muito abundante na região amazônica, sobretudo no estado do Pará, porém, diferentemente do *açaí*, a *juçara*, conforme dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2008), é mais comum no estado do Rio Grande do Norte até o Rio Grande do Sul, embora possa ser encontrada abundantemente no interior dos estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Goiás e até mesmo em alguns locais do Paraguai e Argentina. Portanto, essa espécie de palmeira, a *juçara*, não é natural do estado do Pará e, desta forma, não se pode afirmar se esse topônimo refletia características físicas da comunidade ou associa-se muito mais aos contatos linguísticos e culturais ocorridos no local.

Outra classe de topônimos de natureza física recorrente em Vigia é a dos *litotopônimos*, relativos à constituição do solo, que se encontram listados no Quadro 2. Essa categoria taxonômica é a segunda mais produtiva, compreendendo nove topônimos: *Meratauí* (AH), *Itapari* (AH), rio *Itapari*, igarapé *Itapepoca*, *Itaporanga*, rio *Itaporanga*, *Tujal*, *Tujuí* e rio *Tujuí*.

Quadro 2 – Litotopônimos

<i>Meratauí</i> (AH-PA)
<i>Mirá</i> – termo nheengatu que significa gente, povo; <i>mirácatu</i> , gente boa, povo bom; <i>mirá-poranga</i> , gente bonita, povo bonito (Tibiricá, 1985, p. 180).

<i>Tauá</i> – Barro branco como cal; Argila colorida por óxido de ferro, de que se extrai uma tinta de cor amarela (Cunha, 1997, p. 287).
<i>Itaparí</i> (AH-PA) rio <i>Itaparí</i> (AF-PA)
<i>Itaparí</i> – <i>Itá-parí</i> , a tapagem de pedras, a cerca ou fecho de pedras, alusão à corda de recifes que, à distância, mar dentro, se estende em linha, fechando o acesso da costa (Sampaio, 1987, p. 258).
igarapé <i>Itapepoca</i> (AF-PA)
<i>Ita</i> – pedra (Tibiriçá, 1984, p. 110). <i>pepooça</i> - Depenar (Barbosa, 1951, p. 122).
<i>Itaporanga</i> (AH-PA) rio <i>Itaporanga</i> (AF-PA)
<i>Ita</i> – pedra (Tibiriçá, 1984, p. 110). <i>Poranga</i> – bonito, bonita (Tibiriçá, 1985, p. 99).
<i>Tujal</i> (AH-PA)
<i>Tijuco</i> – <i>Ty-yuc</i> , água corrupta, podre; lama, brejo. No tupi-guarani <i>Tuyú</i> ; (Sampaio, 1987, p. 329). -al – sufixo do português, com o sentido de ‘lugar onde existe grande quantidade de’.
<i>Tujuí</i> (AH-PA)
<i>Tijuco</i> – <i>Ty-yuc</i> , água corrupta, podre; lama, brejo. No tupi-guarani <i>Tuyú</i> . (Sampaio, 1987, p. 329). -i – sufixo tupi, de diminutivo “O i posto no fim de algumas palavras também é sinal (<i>sic</i>) de diminutivo; ex. <i>Pira-i</i> (Sympson, 2001, p. 57).
rio <i>Tujuú</i> (AF-PA)
<i>Tijuco</i> – <i>Ty-yuc</i> , água corrupta, podre; lama, brejo. No tupi-guarani <i>Tuyú</i> (Sampaio, 1987, p. 329). -u – provável redução de <i>sú</i> , uma das formas do sufixo tupi de aumentativo. <i>gûasú</i> , <i>sú</i> e <i>asú</i> são formas do sufixo de aumentativo mencionadas por Sampaio (1987, p. 22).

Fonte: adaptado de Santos (2019, p. 70-71).

Todos os *litotopônimos* de Vigia de Nazaré são formas compostas em sua origem, o que se verifica a partir da etimologia de seus elementos formadores, por exemplo, *Meratauí: Mira + tauá*. Três apresentam a forma *itá* ‘pedra’ em sua composição (*Itaparí, Itapepoca e Itaporanga*). Assim, conforme a natureza de sua classificação, esse elemento, incorporado aos topônimos, representa uma das características de composição do solo vigiense. Topônimos com esse formante são muito comuns na toponímia amazônica. Conforme Caldas e Fernandes (2015, p. 29):

A referência ao litotopônimo ‘pedra’ com base Tupi *itá* contempla as mais variadas informações sobre os processos geomórficos sofridos pelas pedras, assim como os processos metafóricos sobressaídos das relações em diversos contextos, dos movimentos das águas sobre as pedras, valendo neste particular

o ditado popular “água mole em pedra dura tanto bate até que fura”, da constituição morfológica do elemento pedra, assim como do ângulo de visão da pedra. Desse modo, é comum haver essa associação de pedra e água, ou mesmo dos diversos formatos, tamanhos e cores de pedras, emoldurando uma caracterização muito particular dos [...] nomes de lugares – os topônimos.

É possível afirmar, então, que pedra, *itá*, revela, além de características físicas dos locais, sentidos simbólicos, motivados por impressões individuais do denominador, como se pode observar em *Itaporanga* “pedra bonita”.

Assim como *itá*, que se repete em mais de um topônimo, neste artigo, admite-se que os designativos *Tujal*, *Tujuí* e rio *Tujuú*¹⁰ têm em comum um mesmo formante, *ty-yuc* ‘lama, brejo’, em que houve a perda de elementos fônicos no processo de sua formação, fenômeno comum nos topônimos de origem indígena incorporados ao português. Em *Tujal*, no único topônimo híbrido da categoria dos *litotopônimos*, além de sua alteração fônica, ocorreu o acréscimo do sufixo *-al*, do português. Em português, a forma correspondente a *ty-yuc*, reconhecida por Sampaio (1987, p. 329), por exemplo, é *tijuco*.

É importante mencionar que, durante pesquisa *in loco*, tomou-se conhecimento, a partir de entrevistas com moradores locais, de que anteriormente a comunidade *Tujuí*, primeiramente, fora denominada *Jutaí Seca*, devido à existência de uma árvore de jutaí (jatobá) próximo à entrada do local. No entanto, a árvore foi cortada e o nome *Tujuí* foi dado recentemente à localidade, por membros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em referência ao rio *Tujuú*, situado nas suas proximidades, uma vez que a árvore não mais caracterizava o local.

Tendo em vista tal relato, ressalta-se a importância de se estabelecerem leis que visem à preservação dos nomes de lugares. Leis essas que levem em consideração o valor histórico de um topônimo para a comunidade ao qual pertence, pois, geralmente, a substituição de um nome é feita de maneira impositiva.

Uma terceira categoria toponímica relacionada a características físicas do lugar, onde estão agrupados parte dos nomes estudados, é a dos *zootopônimos* que remetem aos designativos ligados à fauna. Para Seabra (2004), no Brasil, é comum ter como fontes motivadoras dos topônimos os nomes de animais, os quais, possivelmente, têm ou tiveram os locais os quais levam seus nomes como seus ambientes naturais. Portanto, os

¹⁰ Os designativos *Tujal* (AH), *Tujuí* (AH) e *Tujuú* (AF), analisados neste trabalho, aparecem sem classificação taxonômica na dissertação de Santos (2019), assim como *Mojuim* (AF), listado no quadro 3.

zootopônimos, assim como os *fitotopônimos* e os *litotopônimos* também podem revelar impressões vivas do lugar.

Os nomes de acidentes físicos e humanos motivados por nomes de espécies de animais são quatro: *Baiacu* (peixe), *Piraibaquara* (peixe), *Maracajá* (gato-do-mato), *Mojuim* (cobra), e *Arapijó* (pássaro), descritos no Quadro 3.

Quadro 3 – Zootopônimos

<i>Baiacú</i> (AH-PA)
<i>Baiacu</i> – Do tupi * <i>iamaia ku</i> ; nome comum de diversos peixes da família dos Tetrodontídeos (Cunha, 2010, p. 76).
<i>Maracajá</i> (AH-PA)
<i>Maracajá</i> – Gato-do-mato (Tibiriçá, 1984, p. 127).
<i>rio Mojuim</i> (AF-PA)
<i>Mogy</i> , <i>Mboy-gy</i> – o rio das cobras (Sampaio, 1987, p. 285). -i – sufixo tupi, de diminutivo “O i posto no fim de algumas palavras também é signal (<i>sic</i>) de diminutivo; ex. <i>Pira-i</i> (Sympson, 2001, p. 57).
<i>Arapijó</i> (AH-PA)
<i>Ara</i> – todo ser vivente, bicho, indivíduo (Tibiriçá, 1984). <i>Piú</i> – fino, esbelto (Tibiriçá, 1984, p. 157) <i>Jó</i> – termo de composição que aparece como suf. em algumas palavras, na acepção de mistura (ideia de ambiguidade) (Tibiriçá, 1984, p. 120)

Fonte: adaptado de Santos (2019, p. 67).

Em relação aos denominativos *Baiacu*, referente a uma espécie de peixe, cabe ressaltar que Vigia de Nazaré é uma cidade onde há grande quantidade de espécies aquáticas e, conseqüentemente, atividade de pesca e comercialização de peixes e frutos do mar. À vista disso, o nome e a existência desse tipo de peixe, provavelmente, influenciaram na nomeação da localidade, refletindo aspectos da fauna vigiense existentes no momento da nomeação.

Considerando-se os designativos analisados, as taxas mais produtivas identificadas foram os *fitotopônimos* (15) e os *litotopônimos* (09), seguidos dos *zootopônimos* (04). Há também um *hidrotopônimo* (relativo a acidente hidrográfico), rio *Tauapará*.

Os demais denominativos – no total nove – foram classificados nas taxionomias de natureza antropocultural. Há três *hagiotopônimos* (topônimos relativos aos santos e

santas do hagiológico romano): *Santa Maria do Guarimã* (AH-PA), *Santo Antônio do Ubintuba* (AH-PA) e *São Sebastião do Guarimã* (AH-PA); três *corotopônimos* (relativos aos nomes de cidades, países, regiões e continentes): *Curuçazinho* (AH-PA), *Macapá da Barreta* (AH-PA) e *Macapazinho* (AH-PA); um *ecotopônimo* (relativo à habitação de um modo geral): *Piraíbacuara* (AH-PA), um *etnotopônimo* (referente a elemento étnico): *Meraponga* (AH-PA); um *ergotopônimo* (relativo a elementos da cultura material): *Itapuá* (AH-PA).

Considerações finais

Conforme abordado no decorrer deste artigo, deparou-se com uma significativa ocorrência de nomes de acidentes humanos e físicos que advém do tupi. A abundância e manutenção desses nomes na toponímia brasileira e paraense são decorrentes de diversos fatores, mas principalmente socioambientais e políticos.

Neste trabalho, citaram-se dois marcos importantes para a toponímia de origem indígena, o primeiro deles foi em 1759, quando Marquês de Pombal publicou o Diretório dos Índios, marcando, assim, a proibição do uso de línguas indígenas no Brasil e oficializando a utilização obrigatória do português, como forma de dominação por meio do idioma específico de Portugal, e, posteriormente, em 1943, em um movimento contrário, teve-se a promulgação da lei n. 5.901, de 21 de outubro de 1943, na qual Getúlio Vargas, em um projeto que visava a fortalecer o nacionalismo brasileiro, decretou a criação de topônimos de origem indígena para novos locais que fossem criados, mas, conseqüentemente, houve também a substituição de nomes de locais já existentes.

A partir dessas evidências, torna-se clara a relação entre língua e cultura, uma vez que mudanças sociais impactam diretamente na forma de nomear lugares. Neste sentido, concluiu-se que a mudança no nome de um local implica, na maioria das vezes, no apagamento de um nome que remetia, possivelmente, tanto a uma característica do local como, certamente, também a populações que habitavam o local denominado, também chamados por Dick (1990a) de “povo denominador”.

Assim, destaca-se a importância da preservação da toponímia local, uma vez que, enquanto mudanças linguísticas são consideradas, de forma geral, como um mecanismo natural de atualização da língua, algo positivo e comum à diversidade de sistemas

linguísticos existentes no mundo, para a toponímia, a mudança de um nome pode simbolizar, no entanto, enorme perda sociocultural, uma vez que os topônimos preservam a memória de um povo.

Nesse sentido, considera-se que, apesar dos fatores históricos que influenciaram na nomeação de lugares no Brasil, os topônimos vigienses de origem tupi, descritos neste artigo, apresentam-se como formas de resistência ao silenciamento histórico que houve em relação às línguas e culturas indígenas no país. A toponímia vigiense revela de forma transparente e de maneira opaca, em alguns casos, características físicas e modos de viver do povo indígena que primeiro habitou o local. E, mesmo diante das ações do tempo e das transformações socioambientais no decorrer de mais de quatro séculos, o tecido toponímico de Vigia não permite o esquecimento de sua história e de sua memória.

Aliado a isso, é notável não apenas a presença marcante do tupi na toponímia vigiense, mas também a predominância de nomes que refletem, em geral, o ambiente físico do lugar nomeado, pois a maioria apresenta em sua constituição elementos de índole vegetal, mineral ou animal, totalizando 75%, ou seja, 28 topônimos, dos 37 analisados. Rodrigues (2015) chama atenção para abundância de nomes tupi relativos a espécies vegetais e animais integrados ao português e Dick (1990b, p. 167) ressalta a importância dos elementos constitutivos dos solos ou dos terrenos (areia, barro, lama, pedra, por exemplo) para a história de um povo, o que justifica “a existência de tantos litotopônimos no Brasil”. Contudo, sabendo-se que os designativos de lugares muitas vezes são escolhidos a partir de características próprias do local nomeado, sobretudo os de origem indígena, não é surpreendente que a maioria dos topônimos de procedência tupi possua elementos motivacionais de natureza física, como verifica-se na toponímia de Vigia de Nazaré.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, K. S. **Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins**: Atito. Goiânia: Editora da PUC, 2010.

BARBOSA, A. L. **Pequeno vocabulário tupi-português**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1951.

BARROS, M. C. D. M. Notas sobre a política jesuítica da língua geral na Amazônia (séculos XVII-XVIII). *In*: FREIRE, J. R. B., ROSA, M. C. (Orgs.). **Línguas Gerais: Política Linguística e Catequese na América do Sul no Período Colonial**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2003, p. 85-112.

BIDERMAN, M. T. C. As ciências do léxico. *In*: OLIVEIRA, A. M. P. P. de; ISQUERDO, A. N. **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2001, p. 13-22.

BRASIL. Lei nº 5.901, de 21 de outubro de 1943. Dispõe sobre as normas nacionais para a revisão quinzenal da divisão administrativa e judiciária do país. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 1943.

CALDAS, R. B. C.; FERNANDES, J. G. dos S. As pedras do meu lugar: uma incursão nos nomes de lugares com itá na Amazônia Oriental. **Linguística** [versão online]. v. 31, n. 1, p. 25-37, 2015.

Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2079-312X2015000100003&lng=pt. Acesso em: 12 jun. 2021.

CUNHA, A. G. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

CUNHA, A. G. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

CUNHA, A. G. **Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi**. São Paulo: Companhia Melhoramentos; Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

DICK, M. V. P. A. **Motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990a.

DICK, M. V. P. A. **Toponímia e Antroponímia no Brasil: coletânea de estudos**. 2. ed. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/USP, 1990b.

DIETRICH, W. O tronco tupi e as suas famílias de línguas. Classificação e esboço tipológico. *In*: NOLL, V., DIETRICH, W. **O Português e o tupi no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 9-25.

DIETRICH, W.; NOLL, V. O papel tupi na formação do português brasileiro. *In*: NOLL, V.; DIETRICH, W. **O Português e o tupi no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2015, p. 81-103.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Jussara**, 2008. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/86611/1/Folder-Polpa-Jucara2008.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2018.

FREIRE, J. R. B. Língua Geral Amazônica: a história de um esquecimento. In: FREIRE, J. R. B., ROSA, M. C. (Org.). **Línguas Gerais: Política Linguística e Catequese na América do Sul no Período Colonial**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2003, p. 195-209.

GUÉRIOS, R. F. M. **Dicionário Etimológico de Nomes e Sobrenomes**. 2. ed. São Paulo: Editora Ave Maria, 1973.

GREGÓRIO, Irmão J. **Contribuição indígena ao Brasil: lendas e tradições, usos e costumes, fauna e flora, língua, raízes, toponímia, vocabulário**. Vol. 3. Belo Horizonte: União Brasileira de Educação e Ensino, 1980.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Volume 14. Rio de Janeiro, 1957. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=227295&view=detalhes>. Acesso em: 20 maio 2017.

IBGE. **Glossário dos termos genéricos dos nomes geográficos utilizados no mapeamento sistemático do Brasil**. Vol. 2. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Disponível em: https://geofp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_para_fins_de_levantamentos_estatisticos/censo_demografico_2010/mapas_municipais_estatisticos/pa/vigia_v2.pdf. Acesso em 15 maio 2017.

ISQUERDO, A. N. Herança lusa na toponímia de municípios da região Norte do Brasil: perspectivas linguística e sócio-histórica. In: COLUCCIA, R.; BRINCAT, J. M.; MÖHREN, F. (éd.). **Actes du XXVIIe Congrès international de linguistique et de philologie romanes** (Nancy, 15-20 juillet 2013). Section 5: Lexicologie, phraséologie, lexicographie. Nancy/France: ATILF/SLR, 2016, p. 315-328. Disponível em: <http://www.atilf.fr/cilpr2013/actes/section-5.html>. Acesso em: 19 fev. 2018.

LEITE, Y. Línguas indígenas brasileiras e a esperança de um futuro. **Anais do IV Congresso de Letras da UERJ**. São Gonçalo: Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/biblio:leite-2007-futuro>. Acesso em: 17 nov. 2016.

NAVARRO, E. de A. **Método Moderno de tupi antigo: a língua do Brasil dos primeiros séculos**. São Paulo: Global, 2005.

NAVARRO, E. de A. **Dicionário de tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil**. São Paulo: Global, 2013.

NAVARRO, E. de A. A toponímia indígena artificial no Brasil: uma classificação dos nomes de origem tupi criados nos séculos XIX e XX. **Revista Letras Raras**. Campina Grande, v. 9, n. 2, p. 252- 267, jun. 2020.

NOLL, V. O Brasil Colônia entre a língua geral e o português. In: NOLL, V, DIETRICH, W. **O Português e o tupi no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2015, p.105-117.

RODRIGUES, A. D. Tupi, tupinambá, línguas gerais e português do Brasil. *In*: NOLL, V., DIETRICH, W. **O Português e o tupi no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2015, 27-47.

ROSA, M. C. A. P. A língua mais geral do Brasil nos séculos XVI e XVII. *In*: FREIRE, J. R. B., ROSA, M. C. (Org.). **Línguas Gerais: Política Linguística e Catequese na América do Sul no Período Colonial**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2003, p. 133-146.

SAMPAIO, T. **O tupi na geografia nacional**. 5 ed. rev. e aum. São Paulo: Ed. Nacional, 1987.

SANTOS, J. P. S. **Vigiando a cidade**: Um olhar contemporâneo sobre a sociedade e o espaço do Município de Vigia. Vigia de Nazaré-PA, 2009.

SANTOS, L. de N. dos S. **Um estudo toponímico no município de Vigia de Nazaré-PA**. 2019, 110f. Dissertação (Mestrado em Linguagens e saberes na Amazônia) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Pará, Bragança, 2019.

SEABRA, M. C. T. C. **A formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais**: a toponímia da Região do Carmo. 2004, 368f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte, 2004.

SYMPSON, P. L. **Gramática da Língua Brasileira** (Brasílica, Tupi ou Nheengatu). Organização e estudo introdutório: Roberto Braga. Manaus: Editora Valer/ Governo do Estado do Amazonas, 2001.

TIBIRIÇÁ, L. C. **Dicionário tupi português**: com esboço de gramática de Tupi Antigo. São Paulo: Traço, 1984.

TIBIRIÇÁ, L. C. **Dicionário de topônimos brasileiros de origem tupi**: significação dos nomes geográficos. São Paulo: Traço, 1985.